

**DADOS CADASTRAIS**

PARTÍCIPE 1: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA/PI

CNPJ: 00.375.972/0020-23

Endereço: Avenida Odilon Araújo, n.º 1296, Bairro: Piçarra

Cidade: Teresina Estado: Piauí

CEP: 64017-280

DDD/Fone: (86) 3222-1553

Esfera Administrativa - Federal Nome do responsável: TIAGO MENDES VASCONCELOS

CPF: ██████████

RG: Órgão expedidor: ██████████

Cargo/função: Superintendente Regional

Endereço: ██████████ Macaúba

Cidade: Teresina Estado: Piauí

CEP: 64016-060

PARTÍCIPE 2: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO LONGÁ

CNPJ: 06.554.323/0001-03

Endereço: R Benedito Brito N 400 Bairro: Centro

Cidade: Alto Longá Estado: Piauí

CEP: 64360-000

Esfera Administrativa Municipal - Nome do responsável: HENRIQUE CESAR SARAIVA DE ARÊA LEÃO COSTA

CPF: ██████████

RG: ██████████ Órgão expedidor: SSP/PI

Cargo/função: Prefeito

Endereço: ██████████

Cidade: Alto Longá Estado: Piauí

CEP: 64360-000

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

Título: PROGRAMA TITULA BRASIL	
PROCESSO nº: 54000.014459/2021-52 Data da assinatura: 02/09/2021	
Início (mês/ano): SETEMBRO/2021	Término (mês/ano): SETEMBRO/2026

O presente Plano de Trabalho tem por objeto, em regime de mútua colaboração, a execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil, que tem como finalidade aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Inca ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária sob domínio da União ou do Inca para a promoção e execução das políticas públicas de regularização fundiária e reforma agrária.

**DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA**

No âmbito da regularização fundiária, o território brasileiro tem uma quantidade significativa de posses rurais passíveis de regularização nos termos da Lei 11.952, de 2009.

A ausência de regularização fundiária provoca insegurança jurídica aos ocupantes desses imóveis e inviabiliza o acesso às políticas públicas de crédito e de assistência técnica direcionadas ao produtor rural.

Conforme "Plano de Ação Para Regularização Fundiária Dos Imóveis Georreferenciados e Localizados em Glebas Aptas Na Amazônia Legal - DF/DFR/2020" (SEI Inca 6533059 do Processo 54000.057961/2020-77), existem 109.153 imóveis rurais georreferenciados que aguardam a conclusão dos seus processos de regularização. Além destes, há estimativa de cerca de 160 mil ocupações rurais em glebas federais na Amazônia Legal sem georreferenciamento e cuja imensa maioria dos ocupantes sequer foram identificados pela Autarquia, o que demandará atuação ativa do Inca e parceiros para identificá-los e regularizá-los.

Situação semelhante ocorre em relação aos imóveis localizados nas áreas remanescentes de projetos de colonização nas demais regiões do País. Estima-se que existam cerca de 30 mil parcelas em situação irregular a serem tituladas e cerca de 150 mil parcelas tituladas que demandam análise quanto ao cumprimento das condições contratuais dos títulos.

Uma segunda demanda é caracterizada pela falta de titulação nos projetos de assentamentos rurais do Inca, conforme determina o art. 18 da Lei 8.629, de 1993. Muitos agricultores provenientes Programa Nacional de Reforma Agrária não possuem sequer o Contrato de Concessão de Uso - CCU, muito menos o Título de Domínio de sua parcela, o que também traz como consequência insegurança jurídica e dificuldade de acesso às políticas públicas de fomento e financiamento de atividades produtivas, sem contar os impactos quanto a direitos sucessórios.

Dos 7.656 Projetos de Assentamentos estabelecidos pelo Inca, existem, atualmente, 400 mil assentados sem Contrato de Concessão de Uso - CCU, 600 mil beneficiários potenciais recebedores do Título de Domínio, mais de 250 mil assentados bloqueados em função de diligências oriundas de Acórdãos do

TUCU e ocupações de parcelas em projetos de assentamento não autorizadas pelo Incra, entre outras demandas que necessitam de tratamento.

Tais questões impactam na qualidade de vida das famílias beneficiárias dos Programas do Incra, dificultam o acesso às políticas públicas de apoio e a mercados, repercutem no desenvolvimento da economia local, favorecem a ocorrência de crimes ambientais e de violência no campo e aumentam a probabilidade de evasão dos agricultores das glebas e dos projetos de assentamento.

Assim, o Incra, cuja a missão principal é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, deve-se valer de estratégias e medidas que possam ampliar a sua capacidade operacional no cumprimento de sua missão.

Nesse sentido, firmar parcerias, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, demonstra ser um instrumento viável de apoio à Instituição.

Ademais, espera-se, com estas iniciativas, melhorar a qualidade de vida do homem do campo beneficiário das políticas públicas do Incra, por meio da regularização e titulação da terra que ocupa.

O município de ALTO LONGÁ, possui 03 Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA, correspondendo a uma área de 5.8850,7482 HA, beneficiando 128 famílias, conforme tabela abaixo. O município NÃO POSSUI glebas públicas do INCRA que possam ser incluídas neste Acordo de Cooperação Técnica.

SIPRA	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ÁREA	CAPACIDADE	DATA CRIAÇÃO	TD'S EMITIDOS	BLOQUEADOS	OCUPANTES IRREGULARES	GEORREFERENCIADO	TRANSCRIÇÃO AO INCRA
PI0199000	PA BARRA DO SAMBITO	ALTO LONGÁ	2.868,7504	65	14/11/2001	0	5	-	EM ANDAMENTO	SIM
PI0910000	PA RETIRO VELHO	ALTO LONGÁ	1.054,1374	20	08/06/2009	0	0	-	NÃO	NÃO
PI0912000	PA CAMPO VERDE	ALTO LONGÁ	1.962,8604	43	08/06/2009	0	0	-	EM ANDAMENTO	NÃO
TOTAL			5.8850,7482	128		0	5			

A expedição dos Títulos de Domínio, para os beneficiários dos Projetos de Assentamento, possibilitará incremento na economia do município pelo acesso a créditos para financiamento da produção agropecuária por parte das famílias beneficiadas, aumentando a renda das mesma e melhorando os índices de desenvolvimento do município, razão pela qual a regularização fundiária e de interesse tanto do INCRA como do município de ALTO LONGÁ.

#### OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Objetivo Geral: ampliar a regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Incra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária sob domínio da União ou do Incra.

Objetivos Específicos: expandir a capacidade operacional da política pública de regularização fundiária e de titulação; agilizar processos, garantir segurança jurídica, reduzir custos operacionais e, ainda, gerar maior eficiência e celeridade aos procedimentos de regularização fundiária e titulação; reduzir o acervo de processos de regularização fundiária e titulação pendentes de análise; auxiliar na supervisão dos ocupantes em projetos de assentamento; e, fomentar boas práticas no federalismo cooperativo com os municípios.

#### METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

A metodologia está vinculada ao Manual de Planejamento, Procedimentos e Fiscalização inerente à execução dos trabalhos dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF que foram regulamentados pela IN 105, de 29 de janeiro de 2021.

#### UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Superintendência Regional do INCRA/PI tendo como gestor o Srº TIAGO MENDES VASCONCELOS, Superintendente Regional.

#### RESULTADOS ESPERADOS

Emitir, aproximadamente, 128 Títulos de Domínio para beneficiários do PNRA e os ocupantes irregulares que possam vir a ser regularizados de acordo com a legislação.

#### PLANO DE AÇÃO

Nº ORDEM	EIXOS	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO	SITUAÇÃO
1	Ações comum ao NMRF	Estruturação do NMRF	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	30 dias após publicação do ACT	
		Planejamento geral do NMRF	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	50 dias após publicação do ACT	
		Atendimento do NMRF	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	30 dias após publicação do ACT	
2	Regularização fundiária e titulação das áreas rurais sob domínio da União ou do Incra	Georreferenciamento de ocupações, quando necessário, conforme previsto em norma específica	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	Durante vigência do ACT	
		Coletar e processar requerimentos	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	Durante vigência do ACT	
		Cadastro no sistema SIGEF Titulação	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	Durante vigência do ACT	

		Pesquisas em sistemas	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	Durante vigência do ACT	
		Pesquisa e inclusão da parcela no SNCR	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	Durante vigência do ACT	
3	Regularização fundiária e titulação em Projetos de Assentamento	Supervisão ocupacional em PA	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	Durante vigência do ACT	
		Regularização de ocupantes	INCRA SR(24) -	Durante vigência do ACT	
		Regularização de beneficiários em PA	INCRA SR(24) -	Durante vigência do ACT	
		Apoio no Georreferenciamento	PREFEITURA DE ALTO LONGÁ	Durante vigência do ACT	
		Titulação em projetos de assentamento	INCRA SR(24) -	Durante vigência do ACT	
		Entrega de documentos	INCRA SR(24) -	Durante vigência do ACT	



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Mendes Vasconcelos, Superintendente**, em 03/09/2021, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE CESAR SARAIVA DE AREA LEÃO COSTA, Usuário Externo**, em 17/09/2021, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9972088** e o código CRC **ED88EA92**.